



**Poder Judiciário**  
**Justiça Comum**  
**Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**

# **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO nº 2024043540 (PA-TJ)**

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3a Vara da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de ALISSON BARRETO FERNANDES, pela realização de perícia no processo n. 0804966-30.2023.8.15.0371, movido por LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA, em face de LUCIANO DE BRITO FERREIRA

Data da Autuação: 09/04/2024

Parte: Alisson Barreto Fernandes e outros(1)



09/04/2024

Número: **0804966-30.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**

Última distribuição : **14/07/2023**

Valor da causa: **R\$ 1.320,00**

Assuntos: **Curatela**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)		DANIELLY MELO ALVES (ADVOGADO)	
LUCIANO DE BRITO FERREIRA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
78051683	22/08/2023 17:33	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
83396640	11/12/2023 09:27	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
88460884	09/04/2024 09:30	<a href="#">Ofício (Outros)</a>	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba  
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0804966-30.2023.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 22 de agosto de 2023.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 11/12/2023 09:27:23  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23121109272309600000078447140>  
Número do documento: 23121109272309600000078447140

Num. 83396640 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2024043540, nos termos da Lei 11.419. ADME.51099.19077.62171.44569-5  
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 09/04/2024 12:38

**3ª Vara Mista de Sousa**  
**Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725**  
**SOUSA**  
**( )**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Ao(s) onze dia(s) do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três (11/12/2023), às 09h00min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, **Proc. Nº 0804966-30.2023.8.15.0371**, ajuizada por **LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA** em face de **LUCIANO DE BRITO FERREIRA**. Aos pregões de estilo, compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s) o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Isabelle Bandeira da Rocha, OAB/PB 32.118, constituído(a) *apud acta*, sem revogação de mandato anterior, e o(a)(s) interditando(a)(s). **Ausente(s)/desconectado(a)(s) o(a) Dr(a). FERNANDA PETTERSEN DE LUCENA**, Promotor(a) de Justiça e membro(s) da equipe interprofissional. **Aberta a audiência, pelo MM Juiz foi dito:** O(A) representante do Ministério Público e a equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença do(a) Promotor(a) de Justiça e da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a), pelo método audiovisual (cf. **mídia anexa**). **Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) interagiu precariamente com o magistrado, aparentando, aos olhos de um leigo, algum nível de falta/redução de discernimento. **Fica determinado ao cartório a elucidação da certidão de ID 78844705 – Pág. 1, corrigindo o teor ou apresentando as ações ativas e/ou arquivadas em nome do interditando.** Permançam os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC). Decorrido o prazo sem impugnação, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, integrante do quadro de funcionários da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. Superada esta fase, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requisite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s)



presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual. **E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Maria Andreyna Gonçalves da Silva, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.**





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

### 1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID 83396640, venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id 78051683.

#### 1.1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0804966-30.2023.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA**, CPF/CNPJ: **085.843.064-98**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: LUCIANO DE BRITO FERREIRA**, CPF/CNPJ: **105.425.054-52**

1.1.6 Natureza do serviço: ( ) Tradução ( ) Interpretação ( **x** ) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: ( ) Adiantamento ( **X** ) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

## **1.2 DOS DADOS DO PERITO**

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, N° 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

## **1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:**

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.





1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 9 de abril de 2024

<p>LUCAS DE OLIVEIRA BATISTA Analista/Técnico Judiciário Judiciário Assinatura eletrônica</p>	<p>Bernardo Antonio da Silva Lacerda Juiz de Direito 3ª Vara Mista de Sousa Assinatura eletrônica</p>
---	---



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.043.540

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico Psiquiatra- alissonparaiba@hotmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, CBO 225140, para realização de perícia nos autos do processo nº 0804966-30.2023.8.15.0371, movido por LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 085.843.064-98, em face de LUCIANO DE BRITO FERREIRA, CPF 105.425.054-52, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Pelos documentos acostados aos autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando, apenas, a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório, a fim de possibilitar o pagamento respectivo.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal - SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se ativo.

Em razão do exposto, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhem-se os presentes autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, CBO 225140, para realização de perícia nos autos do processo nº 0804966-30.2023.8.15.0371, movido por LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 085.843.064-98, em face de LUCIANO DE BRITO FERREIRA, CPF 105.425.054-52, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 10 de abril de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0804966-30.2023.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**  
Última distribuição : **14/07/2023**  
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)		DANIELLY MELO ALVES (ADVOGADO)	
LUCIANO DE BRITO FERREIRA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
88543093	10/04/2024 09:52	<a href="#">Outros Documentos</a>	Outros Documentos

Decisão lançada no ADM - Processo nº 2024.043.540, referente a requisição reserva orçamentária, para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, CBO 225140, para realização de perícia nos autos do processo em referência.



ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n 2024.043.540

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito

Médico Psiquiatra

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários autos da Ação 0804966-30.2023.8.15.0371

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 08

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico-** nos atos do processo 0804966-**30.2023.8.15.0371**.

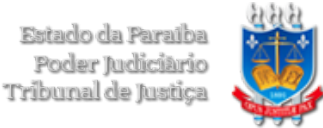
Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI Nº 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

\*Reservas n.º 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 03 de junho de 2024

**Erivalda Rodrigues Duarte**  
Gerente



Página Inicial ▶ Peritos  
(/sighop/index.jsf)

# Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: \*

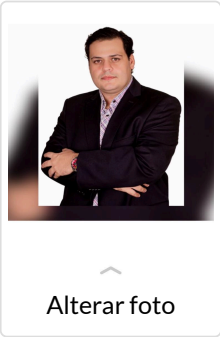
ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: \*

23/06/1982

Sexo: \*

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: \*

046.443.074-75

Identidade: \*

2648967\_\_\_\_\_

Órgão: \*

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: \*

21290632482

Tipo: \*

PIS/PASEP

Escolaridade: \*

Pós-graduação

Nome da mãe: \*

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: \*

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: \*

(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão \*

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: \*

Pombal

Endereço \*

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado \*

Paraíba (PB)

Município / Localidade \*

Pombal

Bairro ?

Centro

Logradouro \*

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA

Número \* ?

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios \*

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	<div></div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: \*

Banco do Brasil S.A.

Agência: \*

05215\_\_

Conta: \*

643335\_\_\_\_\_

Tipo conta: \*

Corrente



Gravar cadastro



Número: **0804966-30.2023.8.15.0371**

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**  
Última distribuição : **14/07/2023**  
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)		DANIELLY MELO ALVES (ADVOGADO)	
LUCIANO DE BRITO FERREIRA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
92917570	01/07/2024 12:24	<a href="#">0804966-30.2023.8.15.0371-LAUDO PERICIAL</a>	Laudo Pericial

R. H. 01/7/24

**3ª Vara Mista de Sousa**  
**Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725**  
**SOUSA**

Nº do processo: 0804966-30.2023.8.15.0371  
Classe: INTERDIÇÃO (58)  
Assunto(s): [Curatela]

Autor: Nome: LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA  
Endereço: Rua Tiradentes, 06, Alto capanema, SOUSA - PB - CEP: 58800-000

Réu: Nome: LUCIANO DE BRITO FERREIRA  
Endereço: Rua Tiradentes, 06, Alto capanema, SOUSA - PB - CEP: 58800-000

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Mista de Sousa manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte Advogado do(a) REQUERENTE:

Nome: LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA - FONE: 83 9 8153 0280  
Endereço: Rua Tiradentes, 06, Alto Capanema, SOUSA-PB - CEP: 58800-000 OU Conjunto Habitacional Lagoa dos Patos, S/N, LOTE 5, Jardim Brasileira, Sousa/PB, CEP: 58.800-000

para acompanhada da Interditando: LUCIANO DE BRITO FERREIRA, e munidas de seus documentos pessoais com foto, comparecer no Clínica Central Médic (Bom Jesus) Fone: (83) 99909-9105, Sousa-PB, no dia **28/06/2024, a partir das 13hs 30min**, para a realização de **Perícia Médica** com o Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**.

Obs: Segue anexo o termo de Compromisso e quesitos.

SOUSA, em 20 de maio de 2024.

De ordem, MARIA DE FÁTIMA SILVA  
Mat.



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FÁTIMA SILVA - 20/05/2024 12:03:50  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052012035038300000085266800>  
Número do documento: 24052012035038300000085266800

Num. 90747679 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:24:00  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112235964100000087268558>  
Número do documento: 24070112235964100000087268558

Num. 92917570 - Pág. 1

Documento 6 página 2 assinado, do processo nº 2024043540, nos termos da Lei 11.419. ADME. 80593.60271.19304.61322-1  
Luciana Maria Milanez Guimaraes [768.654.104-59] em 10/07/2024 16:39

PROCESSO Nº 0804966-30.2023.8.15.0371

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA

INTERDITANDO(A): LUCIANO DE BRITO FERREIRA

REQUISITANTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA

MÉDICO NOMEADO: DR.

RG: 3.848.332  
2ª VIA

CPF: 105.425.054-52

### QUESITOS

INTERDITANDO(A):

LUCIANO DE BRITO FERREIRA

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R:

SIM, É PORTADOR DE RETARDO MENTAL GRAVE, CID-10: F72.1, DE CAUSA PERMANENTE.

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R:

NÃO HÁ DEFICIÊNCIA FÍSICA.

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R:

NÃO HÁ DEFICIÊNCIA SENSORIAL.

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R:

HÁ DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, POR RETARDO MENTAL GRAVE,

CID-10: F72.1

Dr. Alisson Barreto  
Médico Psiquiatra  
CRM-PB 7218 RQE 6533  
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 18/05/2024 08:17:33  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2405180817332860000085167217>  
Número do documento: 2405180817332860000085167217

Num. 90640352 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:24:00  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112235964100000087268558>  
Número do documento: 24070112235964100000087268558

Num. 92917570 - Pág. 2

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: SIM, TRATA-SE DE RETARDO MENTAL GRAVE, POR DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO DA MENTE, CID-10: F 72.1.

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: HÁ DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MUITO SEVERA.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: SIM, HÁ TOTAL COMPROMETIMENTO DA CONSCIÊNCIA, DA EXPRESSÃO E DO DISCERNIMENTO.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

O PERICULANDO APRESENTA RETARDO MENTAL GRAVE, SENDO TOTAL  
28/6/24 MENTE INAPAZ A GERIR  
BENS, RECURSOS, E PARA  
ATOS DA VIDA CIVIL,

Sousa, 11/1

MÉDICO

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Dr Alisson Barreto  
Médico Psiquiatra  
CRM-PB 7218 RQE 653  
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 18/05/2024 08:17:33  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2405180817332860000085167217>  
Número do documento: 2405180817332860000085167217

Num. 90640352 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: MARIA EDNA FERNANDES MEDEIROS - 01/07/2024 12:24:00  
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24070112235964100000087268558>  
Número do documento: 24070112235964100000087268558

Num. 92917570 - Pág. 3



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Diretoria Especial

Processo nº 2024.043.540

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico - alissonparaiba@hotmail.com

Trata-se de requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, NIT/PIS 21290632482, nascido em 23/06/1982, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0804966-30.2023.8.15.0371, movido por LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 085.843.064-98, em face de LUCIANO DE BRITO FERREIRA, CPF 105.425.054-52, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Realizada a reserva orçamentária, pela Gerência de Programação Orçamentária para o corrente exercício – fl. 14 – foi trazido para os presentes autos o Laudo pericial de fls. 20/21.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), em favor do Perito Médico Psiquiatra Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 nascido em 23/06/1982, CBO 225140, pela realização de perícia nos autos do nº 0804966- 30.2023.8.15.0371, movido por LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 085.843.064-98, em face de LUCIANO DE BRITO FERREIRA, CPF 105.425.054-52, perante o Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 11 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0804966-30.2023.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**  
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**  
Última distribuição : **14/07/2023**  
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**  
Assuntos: **Curatela**  
Segredo de justiça? **NÃO**  
Justiça gratuita? **SIM**  
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA (REQUERENTE)		DANIELLY MELO ALVES (ADVOGADO)	
LUCIANO DE BRITO FERREIRA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93612198	11/07/2024 10:05	<a href="#">Honorários Periciais - Autorização da despesa</a>	Outros Documentos